



# Anais da Assembléia

Nº 78

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 1978.

ANO IV

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 75ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 1978

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Ernesto Gnoato e Fidelcino Tolentino.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Alfredo Gulín, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Na ata faça-se uma corrigenda, no requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio, o referido requerimento foi retirado pelos autores.

Aprovada a ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Indicação:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Temos o prazer de designar os Senhores Deputados Werner Wanderer, Lázaro Dumont e Fidelcino Tolentino, para comporem a Comissão Especial que tratará do problema pertinente às Notas Promissórias Rurais.

Sendo o que nos cumpria manifestar, subscrevemo-nos atentamente.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1978.

(aa) Enéas Faria e Luiz Roberto Soares

Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

Das mais justas e patrióticas a campanha, ontem lançada neste plenário pelo conferencista especialmente convidado, Senhor ARIIVALDO FERRAZ ARRUDA. Através de dados estatísticos sabe-se que o Brasil produz somente a metade do leite que consome, mas que tem na verdade capacidade para ser somente com algum esforço, autosuficiente. E é exatamente quando os homens que manuseiam a terra, estão preocupados com os vários insucessos com as chamadas lavouras brancas, que

aparece mais uma opção: produzir o alimento básico da vida humana: o leite. A campanha muito válida, dará mais oportunidade para diversificação no setor agrícola.

A agricultura hoje tão sobrecarregada com pesado ônus, já quase não suporta os seus gastos forçados. O alto custo dos derivados do petróleo impede o melhor preparo das terras.

As máquinas agrícolas, implementos, tem os seus preços tão elevados que, não podem ser substituídos por novos, já sem falar nos proibitivos preços de peças para substituição.

Assim o homem do campo precisa pensar também em produzir alguma coisa que dispense pelo menos em parte a dependência do uso de máquinas e petróleo.

Incentivar a pecuária, aumentar a nossa capacidade de produção do leite, criando oportunidade para aumentar a bacia leiteira de nosso Estado, em níveis compatíveis com a melhor técnica, ensinará ao Brasil a grande oportunidade de ser auto-suficiente, e dará ao produtor rural oportunidade, para mais uma atividade que não dependa exclusivamente de máquinas.

Assim, ouvido o Plenário desta Casa de Leis, requeiro a consignação na ata dos trabalhos desta Casa, de voto de congratulações ao Senhor ARIIVALDO FERRAZ ARRUDA, Presidente da Associação dos Laticínios do Paraná, pela brilhante conferência que nesta Casa pronunciou incentivando a ampliação da bacia leiteira, a fim de tornar o Brasil auto-suficiente na produção do importante alimento.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1978.

(a) ROSÁRIO PITELLI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e da Cultura, no sentido de que determine a construção de 2 salas de aula no lugar denominado Sambaqui, em Morretes - PR, anexas à atual Escola Rural Estadual de Sambaqui.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1978.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

O crescimento demográfico daquele local tem sido representativo nos últimos tempos e, conseqüentemente, aumentando o número de crianças em idade escolar.

Sendo aquela a única escola, tem eles procurado atender a demanda crescente de alunos, no entanto, o número de salas de aula existentes não é suficiente para comportar este número, tanto que 120 alunos estão tendo suas aulas na cantina da escola.

Assim, necessário se faz que, em atendimento às metas apregoadas pelo nosso atual governo, sejam construídas mais duas salas de aula anexas à Escola Rural Estadual de Sambaqui, o que em muito contribuirá para o ensino daquela localidade.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e aprovação do presente.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação e da Cultura, autorização para a construção de um Grupo Escolar de alvenaria com 8 (oito) salas de aula no Distrito Administrativo de Guaiporã, Município e Comarca de

A população estudantil de Guaiporã, principalmente os alunos da 6.ª série que funciona atualmente no Grupo, acha-se em precárias condições, cujas dependências são de madeira e não oferecem segurança aos alunos que almejam e aspiram dos poderes competentes, medidas urgentes que venham de encontro aos reclamos dos estudantes daquela região.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1978.

(a) Ernesto Gnoato

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer aprovação do Plenário para encaminhar ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Secretário de Segurança Pública, o seguinte pedido de informações:

a) — Quais os motivos que determinaram o internamento de um dos implicados no tiroteio verificado na boite "Casa Branca", do Município de Chopinzinho, no Hospital São Lucas de Pato Branco?

b) — Qual a natureza, autoria e origem das lesões apresentadas pelo interno, bem como as queimaduras de terceiro grau que a referida pessoa apresenta?

c) — Qual a razão de ter sido impedida a presença de familiares no quarto, por parte da autoridade policial, bem como seja explicada a razão da guarda policial permanente no hospital postada para custodiar aquele paciente?

d) — Onde a autoridade policial encontrou a referida pessoa, hora, local e data e em que estado clínico deu entrada no hospital?

e) — Porque a autoridade policial, nas diligências que vem empreendendo para elucidar os fatos, tem realizado prisões sem as cautelas legais, conduzindo os detidos ao Batalhão da PM, sediado em Pato Branco, quando a Delegacia competente é a de Chopinzinho?

f) — Qual a razão da sistemática obstrução aos advogados, que no exercício profissional, são impedidos de entrevistarem-se com seus clientes, neste caso?

g) — Porque razão continuava funcionando a boite Casa Branca às margens da Rodovia Pato Branco-Três Pinheiros, local em que já perderam a vida diversas pessoas, inclusive vários policiais.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1978.

(a) Nilso Sguarezi

## JUSTIFICATIVA:

Muito embora a Polícia Militar do 3.º BTL da PM, sediado em Pato Branco tenha proibido aos jornais daquela cidade, através de seu comando, de divulgar a notícia, a opinião pública era informada de um fato, que se verídico compromete gravemente aquela corporação.

Sabe-se, com certeza que está internado, desde sábado passado, dia 24, no Hospital São Lucas de Pato Branco e custodiado por uma patrulha da Polícia Militar, um cidadão que teria participado do tiroteio ocorrido no prostíbulo conhecido como "Casa Branca", localizado às margens da Rodovia Pato Branco-Três Pinheiros, no Município de Chopinzinho.

Referida pessoa, ainda segundo insistentes notícias, teria sido entregue pela autoridade policial ao Hospital no sábado e seu estado clínico era de coma total, pois apresentava lesões produzidas por projéteis de arma de fogo. Outra versão, no entanto, dá conta de que tal pessoa, José Antônio Miranda, fora capturado em Chopinzinho, na sexta-feira, dia do tiroteio em que morreram dois policiais e outros dois ficaram feridos e submetida a desumanas torturas para confessar o paradeiro dos demais autores da chacina policial.

Assim é que o paciente, além de ferimentos por arma de fogo apresenta "gravíssimas queimaduras de terceiro grau, por todo o corpo" bem como, de que estas queimaduras "seriam o resultado da tortura a que foi submetido para confessar o

crime" e ainda, que tais queimaduras teriam sido produzidas não por fogo, mas por "ácido ou soda".

Evidentemente, não se procura criar embaraços a autoridade policial que busca apurar os fatos e punir os criminosos. Todavia, a opinião pública estadual vem sendo informada pela mesma autoridade policial dos fatos acontecidos em Chopinzinho, mas em nenhum momento forneceu qualquer esclarecimento sobre esse assunto. Das notas divulgadas, nenhuma dá conta de estar um cidadão custodiado pela polícia, internado em hospital, fato que este Deputado sabe porque viu os policiais guardarem aquele nosocômio e conversou com familiares do Sr. Miranda.

O objetivo do requerimento é apurar se houve torturas num cidadão, que mesmo criminoso, não merece tal tratamento, bem como saber das razões porque a autoridade policial não tem levado ao conhecimento da opinião pública o fato de um dos acusados estar internado no hospital e apresentar estranhas queimaduras.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de Telex ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, em Brasília, solicitando o deferimento dos Projetos Paranaenses para implantação da cultura de Mandioca no programa Pró-Álcool, que visa substituir o combustível importado, e também, informações sobre o número desses projetos e suas características respectivas, assim como, o saldo financeiro cabível aos mesmos.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1978.

(a) José Domingos Scarpellini

## JUSTIFICATIVA:

No momento atual, quando mais se acentua a crise financeira internacional, com sensíveis reflexos nas Nações, como o Brasil, em fase de desenvolvimento e notável ritmo de expansão, perturbando a vida econômica dos Governos e das populações, há que se preocupar com o fator número um dessa crise — o petróleo — e daí a razão de ter que se adotar medidas urgentes para o incentivo à cultura da MANDIOCA, que poderá substituir esse precioso combustível.

É notório que em nosso Estado existem terras apropriadas para o plantio, em larga escala, e com expectativa de excelentes resultados, da Mandioca, existindo já diversos Projetos Paranaenses que visam a implantação dessa cultura, no Programa Pró-Álcool.

Ora o que desejamos saber, no bojo do nosso requerimento — é, em linhas gerais, o andamento dessas proposições, qual o número delas e suas características específicas.

Não se deve deixar para o AMANHÃ — tão cheio de incertezas, o que pode ser resolvido, a pleno contento, HOJE.

Por outro lado, deve-se salientar o fato de que o Governo brasileiro é sensivelmente onerado com a importação de Petróleo, já que a produção da Petrobrás ainda não é suficiente para atender, a intensa demanda do precioso combustível.

A nossa dívida externa vai sempre aumentando, no mesmo ritmo em que se verificam as altas de preço do PETRÓLEO, impostas pelas Nações produtoras do Oriente Médio, e a Nação vai sendo sacrificada, no dia a dia, a cada mês, a cada ano, vendo-se na contingência de ter que adotar imediatas providências no sentido de substituir, o que não é, de fato, insubstituível.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de Telex ao Excelentíssimo Senhor Doutor ARNALDO

PRIETO, Digníssimo Ministro de Estado do Trabalho, em Brasília, solicitando informações sobre o andamento do anteprojeto de Regulamentação da PROFISSÃO DE ENFERMEIRO.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1978.

(a) José Domingos Scarpelini

#### JUSTIFICATIVA:

A nobilitante profissão de ENFERMEIRO merece, inevitavelmente não só o apreço de todos, a gratidão de muitos e o aplauso unânime dos que reconhecem seus relevantes serviços em prol da coletividade, pois todos, na hora da doença, no momento cruel da adversidade, recebem benefícios incontáveis dessa classe laboriosa e dedicada, cujo humanismo se deve ressaltar.

Contudo, ainda não foi regulamentada, através de dispositivo legal, essa nobre profissão. Os artistas, os atletas e, em especial os que se dedicam à prática do futebol, alcançaram, recentemente, os benefícios de uma regulamentação que veio ao encontro de suas mais justas aspirações.

Exaltamos o mérito dessas iniciativas do Governo Federal, pois entendemos que foram justas e oportunas as medidas adotadas, eis porque desejamos, agora, estendê-la ao ENFERMEIRO — que na hora mais precisa, nos momentos mais graves de nossas existências, estão ao nosso lado, dia e noite, infatigáveis na sua luta, insuperáveis no seu empenho e total dedicação.

Eis porque estamos apresentando o presente requerimento, solicitando informações sobre o andamento do anteprojeto de regulamentação da nobre profissão de Enfermeiro, já que a classe está vivendo dias de ansiedade e expectativa, aguardando uma solução definitiva para tão importante assunto.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, General ALCINDO GONÇALVES, solicitando informações sobre as razões que determinaram a apreensão de um revólver Taurus, calibre 38, inclusive seu registro, de propriedade do Sr. Atílio José de Pelegrin, residente na localidade de Linha São Paulo, Município de Barracão, ocorrido no dia 08/05/78, às 10,00 horas, por destacamento da Polícia Militar de Pato Branco, acompanhado pelo Cabo João Maria da Delegacia do Município.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1978.

(a) Deni Schwartz

#### Projeto de Lei:

##### PROJETO DE LEI N.º 103/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ribeirão Claro", com sede na cidade e Comarca de Ribeirão Claro, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1978.

(a) Lázaro Dumont

#### JUSTIFICATIVA:

Fundada em 08 de novembro de 1977, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ribeirão Claro, funcionando em uma das dependências da Prefeitura Municipal daquele município, e de acordo com que rege seus Estatutos, a entidade acima mencionada, vem prestando inestimáveis serviços à coletividade, sem preconceitos de raça, credo, cor e sexo, de acordo com suas possibilidades materiais, humanas e financeiras, na orientação com palestras, e na distribuição de roupas, agasalhos e alimentos, bem como na assistência médica e farma-

cêutica. A entidade que ora solicitamos para que lhe seja outorgado o título de utilidade pública, é dirigido por um grupo de pessoas, que na maioria das vezes, deixam de seus afazeres, sem nada exigir em troca, para dar um pouco de si, em prol daqueles que realmente necessitam de ajuda, numa demonstração de entenderem, que realmente o problema social, não é somente um problema de governo, mas um problema de todos aqueles que realmente querem ajudar. E justo será, que esta augusta Casa de Leis, outorgue à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ribeirão Claro, o título de utilidade pública estadual, para que ela tenha melhores condições de reivindicar auxílios junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Dessa maneira temos certeza de podermos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis, e do qual anexamos documentos que provam sua existência e sua real finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência tem a satisfação de registrar neste Plenário, a presença do Sr. Paulo Gorski, pioneiro de Cascavel, industrial ligado ao comércio e indústria de madeira e Vice-Presidente do M.D.B. no Estado do Paraná. A Presidência lhe deseja boas vindas.

Para falar no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi. — (Pausa).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso. O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na terça-feira última, esta Casa foi honrada com a presença da equipe técnica e administrativa, de um dos órgãos de maior importância no cenário do meio ambiente, do Brasil, que é a Administração de Recursos Hídricos.

O Superintendente, Dr. José Neves Labatut, atendeu o convite que lhe foi endereçado pela Casa, por intermédio da Comissão Executiva, a pedido da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

E a explanação que ele apresentou, assim como, os esclarecimentos que foram prestados, pelos engenheiros que o acompanharam, Dr. André Virmond Lima Bittencourt, que falou sobre as atividades do núcleo de disponibilidade de água; do Engenheiro Roberto Pereira Streitemberger, que falou sobre o Centro de Pesquisas; Engenheiro Vítor Volpi, que falou sobre o Centro de Informações.

Foram de real importância para o enriquecimento dos conhecimentos dos Srs. Parlamentares, que ali se fizeram presentes, e receberam as respostas com alto nível, daqueles que estão se dedicando em nosso Estado, a desenvolver a política que é tão importante para os nossos dias, e manter as potencialidades do Estado do Paraná. Algumas observações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente, nos causaram apreensões. Como exemplo:

A de que o solo do Estado do Paraná, está sendo progressivamente prejudicado pelo desmatamento indiscriminado que se realizou.

A propósito, está funcionando nesta Casa, a CPI para estudar este assunto. As águas do Rio Paraná, estão levando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, riquezas paranaenses, à Bacia do Prata.

E esta informação nos causou muita apreensão, porque na verdade, se não forem tomadas medidas muito sérias, e rápidas, poderemos brevemente, encontrar regiões desérticas no Estado do Paraná.

Por outro lado nos causou muita satisfação, a informação de que a Administração de Recursos Hídricos, tem sido convidada a dar parecer sobre casos de grande importância nacional.

Ainda recentemente, quando no Rio Grande do Sul, ocorreram desequilíbrios ecológicos, a Administração de Recursos Hídricos, foi convidada a dar a opinião a respeito daqueles

acontecimentos.

E as conclusões dos nossos técnicos foram totalmente confirmadas posteriormente, pelos órgãos que estudam a alto nível, as ocorrências ecológicas, especialmente, por organismo de conceito internacional, que presentemente está desenvolvendo as suas atividades, e tem sua sede na cidade de Atlanta — Capital do Estado da Geórgia, nos Estados Unidos.

Portanto, a RH deve ser destacada, não apenas, pelo trabalho que vem realizando, no sentido de trazer a segurança, a garantia para o futuro, quanto às condições de vida em nosso Estado, mas também, por esses trabalhos de pesquisa, que vão a posições realmente destacáveis, e nos trazem uma especial consideração por parte daqueles que se dedicam à análise desse assunto.

Fica portanto, desta tribuna, os cumprimentos ao Dr. José Neves Labatut e a todos aqueles que estão desempenhando as suas funções naquele organismo atualmente vinculado à Secretaria do Interior, do Estado do Paraná.

Oportunamente pretendemos dar a nossa colaboração pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, no sentido de que haja a reestruturação daquele órgão, para que efetivamente possa cumprir com todos os seus objetivos, que tem em mente.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).  
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Caminhamos para o último ato do drama nacional. Porém é um espetáculo "sui generis": ora atordoa, ora aflige, ora provoca senão o riso, o humor, que a inteligência de alguns homens os defende da loucura perante a confusão e a irracionalidade.

Este governo que aí está conseguiu agora o verdadeiro milagre: todos os homens conscientes e atuantes estão contra.

Exceto aqueles que levam vantagens.

E diz o Gerson: "Quem não gosta de levar vantagem?"

Não somos historiador nem ensaísta social, por isso podemos registrar apenas que a sequência de reivindicações é impressionante: não está satisfeito o agricultor, o operário, o artista, o professor, o estudante, os trabalhadores do comércio e de serviços, os advogados, os jornalistas, o padre, a viúva, as crianças, o guarda, o soldado e o meirinho.

Não está satisfeito o pobre, o médio e o rico. O trabalhador e o empresário; o eleitor e o eleito.

Também no seio do governo surgiram e surgirão novas contradições, dividindo e antagonizando pessoas, grupos, facções, movimentos e partidos.

Há pouco tempo atrás o governo tinha especialistas em comunicação de massa para fazer seus programas e para obrigar os meios de comunicação a fazerem ensaios e estatísticas a respeito da insatisfação humana, dos conflitos inerentes à natureza humana, e mostrar como um "monstro" chamado civilização com superpopulação e economia de mercado — eufemisticamente chamado consumismo — está levando a Humanidade a nova Torre de Babel.

Mesmo nós, pobres índios desnaturados, antes até de "dividir o bolo da renda nacional" e conhecer as benesses de país desenvolvido, já estávamos rachando de males contemporâneos.

Agora essas patranhas não convencem mais a ninguém. E assim todos estão reivindicando os seus direitos. E aí tomamos plena e cabal consciência do quanto produziu o incrível "milagre brasileiro". Todos estão necessitados, carentes de coisas essenciais.

Exceto aqueles poucos que levam vantagens.

Porém que arte do demo. Que ardil do renegado levou este País a tal situação?

Fiz um sério exame de consciência e posso afirmar que não fui eu. Juro, Senhores, que nada tenho que ver com isso. Talvez por omissão em algum momento que não tenha percebido; mas, não sou tão forte e nada disse ou fiz com esse objetivo. Posso até jurar!

Também não acredito que aqui nesta Casa alguém se tenha prestado a tal embuste. A tal ilícito social, mesmo porque força não temos para tanto.

E então, depois de muito assuntar, cheguei a uma conclusão. Perdoem-me se sou obrigado, por amor à verdade, a dizer o que concluí: "Foi este governo mesmo, que sempre usou codinomes e personalidades diferentes para representar o mesmo papel de tirano nacional, de algoz popular".

Desculpem-me a franqueza e perdoem a dificuldade de relatar o que se passa comigo: não é muito fácil seguir as pegadas do milagre brasileiro; só se vêem os resultados, mas o governo rapidamente fá jogando novos programas econômicos e sociais para ilaquear nossa boa fé.

Agora, cessaram os programas econômicos; diminuiu o ritmo da movimentação social. Sobraram apenas as "reformas políticas" do Dr. Petrônio...

Lá vai ele correndo, com as reformas atrás, ameaçando atropelá-lo. Ninguém diria que fosse tão ágil, fisicamente, é claro; driblando as reivindicações, pulando das solicitações, esquivando-se da verdade.

Lá vai o General João Batista Figueiredo saltitando na Igreja do Senhor do Bom Fim, na Candelária, na reunião política, no encontro cultural, no hipódromo.

E um sorriso aflora; uma carranca sobressai. Uma frase de espírito; uma palavra de esperança; um conselho; um breve discurso lapidar: uma no cravo, outra na ferradura.

E então, pude fazer mais uma descoberta. Talvez os Senhores Deputados tenham muito antes compreendido a realidade, mas eu sou um pouco tardo nessas questões... O modelo político e econômico brasileiro está agora atropelando os brasileiros, de todas as classes, de todos os escalões.

Surpresa!

Não era um drama. Chega a assumir contornos das grandes tragédias; mas também tem farsa, permanecendo longo tempo sem definição, talvez mais como tragicomédia.

Eis agora todos correndo. E um título voltou à memória: "Se correr o bicho pega; se ficar o bicho come".

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — "Papai, papai, compre-me um copo de leite". Foi o que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná inteiro ouviu, ontem, da boca do conferencista e empresário que neste Parlamento esteve, e da tribuna desta Assembléia usou para falar sobre a miséria do Paraná e do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, disse aquele conferencista que ao passar por uma das ruas de Londrina, uma criança puxava o pai pelas alças do paletó, e dizia com ar de fome e miséria: "papai, papai, compre para mim um copo de leite".

São milhares de crianças, neste País, que vive a fome, que vive a miséria, que vive o abandono.

As classes trabalhadoras brasileiras chegaram ao limite de suas forças; o problema social se agravou de tal forma que nem "banhos nem arreganhos" pode impedir o clamor popular.

Os agricultores gritam sua desdita, e os mais conscientes entenderam que não basta trocar o palanquim e o rei, é preciso reconstruir o país, a começar pelo governo.

Os trabalhadores, vítimas da pobreza e das imposições, demonstram a sua insatisfação, a sua miséria, no desenvolvimento do milagre deste maravilhoso "milagre brasileiro", tão propalado por este Poder que nada fez, senão empobrecer o País.

Os profissionais liberais estão descobrindo que não podem mais agir com a visão exclusivista em apelos e protestos, de sua atividade, e assumem uma participação integral, apontando os erros e desvios da política do Governo, clamando pelo estado de direito, numa manifestação miséria contra a prepotência e contra o arbítrio.

Os estudantes passaram a ignorar as ordens-do-dia e enfrentam as preterições do poder, afirmando seus direitos e reivindicações, mesmo sujeitos às violências que quase sempre ocorrem.

O empresariado mais consciente e descomprometido com o paternalismo nepótico brada por mudanças essenciais na política econômica do Governo e nas instituições jurídico-políticas.

Dentro de dois partidos encorajam-se suas forças positivas, seus valores políticos, morais e sociais com um "basta" que encabula os absolutistas e seus seguidores provincianos.

Nas instituições culturais, religiosas e de todos os dogmas de crenças, cresce a resistência contra os desmandos e o império do arbítrio. Estes anos de amargura têm desorganizado a vida social a tal ponto, que o exercício da vontade de um povo que constrói com o sacrifício de cento e dez milhões de brasileiros, o produto bruto nacional, "A Riqueza", 70% é pobre, cada vez mais pobre.

Senhores Deputados:

Nós sabemos, o povo sabe, eles sabem, não é mais possível continuar. O silêncio é uma expectativa mais do que um desinteresse ou abstenção. São pausas para medir as reações dos governantes. Após cada estocada popular contra o absolutismo, o povo ainda espera, confiando na unidade nacional, na sua força de persuasão.

Em vez de compreender que as reivindicações, os pedidos de joelhos e com lágrimas, o clamor pela mudança e pela anistia demonstram o espírito de unidade, de civismo, mostrando acima das dimensões, que caminhamos para o caos total, ainda aguardando as providências devidas; o Governo, encurralado pelo clamor popular, finge-se forte e capaz; torna-se agressivo e, até, insultante.

Nunca tivemos um Governo trão fraco, politicamente, mesmo com as ameaças e composições forçadas na cúpula política mandante. Graças a Deus, esta fraqueza política não corresponde uma fraqueza de todas as armas. A história conhece episódios dramáticos de insensibilidade de mandantes nepóticos e violadores das leis até à sepultura.

Não se trata de retórica. Não há Governo forte na desrazão, sem raciocínio de pugnação pública. Não há Governo forte que tenha contra si todo o povo, suas camadas mais ativas socialmente. Estamos vivendo o final dos tempos. Já se espalha pelo ar, uma atmosfera de fim de festa. Todos acham que não é mais possível viver como antes. Já não cabe mais remendos.

Todavia os estrategistas oficiais ainda relutam em aceitar a derrota. Uma medida de força, uma proposta de conciliação, uma oferta para uma classe, uma pressão contra outra. A proposta do diálogo combina os espargos políticos, intelectuais e estudantis com a atração dos vascilantes e oportunistas, prometendo vencimentos e diárias para quem se esconder à sombra do rei, e está aí, Sr. Presidente, Senhores Deputados, o Presidente da Copel do Paraná, recebendo setenta mil contos por mês, dois salários-mínimos, o homem que constrói a grandeza nacional, pendurado nos arranha-céus e levando às alças pesadas de seus cintos, a lata pesada de reboco — para receber Cr\$ 1.400,00 por trinta dias de trabalho. Mas este homem do trabalho não está na sombra do rei. Ele é povo.

Os homens sensíveis aos problemas populares, já sentem as reações, os protestos, os clamores crescendo como força irreprimível que não se há de dobrar as paliçadas nos fortins do arbítrio e da corrupção.

Quantas arremetidas sejam necessárias, as necessidades sociais da grande maioria dos brasileiros, não podem mais ser contidas por linhas. É o desatado desespero daqueles que pacientemente esperam esgotar todos os recursos à vista. Forçoso é reconhecer que os tempos estão moderados por novas forças em confronto. Uma se enrigece na defesa do direito e da justiça social, outra se entrincheira no arbítrio e no gozo das minorias privilegiadas.

O Partido da Oposição, o meu Partido, o Partido político que me honro pertencer, igualmente modelou-se na luta em busca da representatividade social, de todas as classes.

Ele que representa a Nação idealmente nos tumultuados começos de sua formação e foi o ano de 1974, que superou os limites impostos à Nação Brasileira pela minoria governante e o MDB saiu daquela memorável luta nacional, expurgado de seus medos e vascilações para titubear, adiante recompor-se neste ano decisivo. Podemos afirmar que de 1970 a 1974, as oposições brasileiras amadureceram, temperadas pelo fogo, mas foi somente depois de 1977 que a unidade nacional se pôs na ordem do dia para todos os corações e sentimentos e neste ano, o MDB assume o seu principal papel, o de representar e unir toda a oposição brasileira nas bandeiras do estado de direito e da justiça social, para a esmagadora maioria de todos os concidadãos.

Senhores Deputados, este meu pronunciamento, que faço na ante-véspera, no crepúsculo do penúltimo capítulo desta Legislatura, no penúltimo semestre deste mandato, é a expressão do próprio povo e o sentimento dos paranaenses, é a manifestação de todos os brasileiros. "O Ministro da Fazenda afirma, agora, com certo comedimento, que é necessário conduzir debate sobre as reformas políticas, num clima de racionalidade, como única forma da sociedade brasileira decidir, com segurança, as suas opções em matéria político-econômica.

Mas, o que é racionalidade do Ministro Simonsen?

Será a concentração de rendas?

Os privilégios de grupos?

O sangramento das classes trabalhadoras no seu malfadado modelo? Que é o que vemos neste País, nesta Nação? E de que opções está ele falando? Se o modelo é tido e havido, pelo Governo, como imutável, eterno, onde entra a opção da sociedade brasileira? Escondido por trás do arbítrio, sofismando, o Ministro Mário Simonsen apenas procura defender e defender-se no modelo que infelicitou o povo brasileiro, no modelo econômico que considera ser a sociedade civil a minoria nacional e os condutores da política econômica o grupo que manipula a ação do Estado.

Com certeza o Ministro está sonhando no seu Palácio de grandeza, enquanto a revolta popular, a agonia de todo um povo grita "basta".

Ao mesmo tempo em que o Ministro da Fazenda, o todo poderoso coordenador do dinheiro e do Orçamento nacional, faz o seu falso apelo à razão, o governo oferece "reformas" à opinião pública como isca eleitoral. Pretende que ao abdicar de alguns instrumentos de arbítrio, ficando com os meios e o direito de decidir hora, local e forma de sua aplicação, esteja satisfeita a sociedade brasileira.

E então, na realidade o que vemos: a manutenção do modelo econômico, do modelo político, do modelo social por outros meios e muito engodo. E pode, então, considerar-se satisfeita uma sociedade de mais de 110 milhões de habitantes, que trabalha e produz cada ano um percentual que agrada e alegra a todos, mas cujo retorno àqueles que mourejam no campo e na cidade é insignificante, menor, confiscado, inflacionado?

"Que país é este?" É a frase que nos atormenta e aflige, já agora em caráter obsessivo. E não temos resposta porque a solução que o povo quer, a solução que a sociedade deseja não agrada e ofende aos Ministros da Fazenda, Justiça, do Planejamento, da Agricultura, do Trabalho, da Indústria e Comércio,

dos Transportes, das Minas e Energia; e aos servidores diretos do atual Governo.

Grita e ameaça o negociador oficial da impostura, Senador Petrônio Portela, quando as suas reforminhas são rejeitadas pela sociedade civil e até por lideranças do próprio partido do governo. Enquanto isso, o ungido do Planalto vai das planícies aos montes, mostrando ora o sorriso, ora o unto piedoso, ora a vociferação contra os adversários.

Podemos afirmar que a situação de hoje é até pior do que a de ontem. Não há razão para euforias nem para festas. Ontem, a situação política e social era grave, mas havia o consenso da sociedade sobre o caminho necessário: o Estado de Direito, a anistia e a Constituinte.

Hoje, todos os homens conscientes exigem mudanças porque sabem que esta situação econômica, social e política é intolerável e não pode continuar. O Governo responde com pequenas mudanças que não atendem às necessidades sociais e insiste em receber o aplauso e o endosso, por bem ou por mal.

E já percebe muita gente, como de imediato notaram as lideranças políticas, que o governo oferece reformas que não mudam a substância do poder discricionário. Fechou a temporada de caça, mas pode continuar nomeando e manipulando sua igrejinha política e social.

Assegura a maioria biônica e sub-biônica no Parlamento Nacional. Admite a alteração da Câmara Federal mas dá ao Senado Bionizado a prerrogativa do Senhorio, dos Lordes do Império, de votar e decidir em separado, frustrando as decisões cameristas. Escolhe os Delfins e promove suas coroações "antes que algum popular pretenda o trono". E decide qual o momento, a oportunidade, o local que será objeto de uma situação, um estado de emergência ou de sítio, aguardando apenas, depois que os obedientes ratifiquem sua vontade.

A grande pergunta que está hoje na boca de todos é "o que mudou realmente?" O que mudou é que o governo está enfraquecido, sem legitimidade e sem razão, mas tenta manter seu domínio sobre a nação.

Até quando essa insensatez perdurará? Quantos artifícios ainda serão enfrentados até que a nação se reencontre consigo mesma?

Não creio que seja hora de ainda esperar, se alguns dos muitos que desejam a autodeterminação popular, a democracia e o Estado de Direito dispõem de certa força persuasiva; dispõem de certa força dissuasiva; de certa força incisiva para não protelar ainda esta agonia nacional. O povo brasileiro não merece mais este castigo de ficar nesta crise que já desgasta, abala e desanima a vontade nacional, descrente de suas lideranças que vêm acenando com as mudanças que a razão impõe e o patriotismo sustenta, queremos a "frente ampla" ela representa a vontade do povo brasileiro.

Senhores Deputados:

Sou representante de uma região que não é das mais pobres tampouco é rica dentro desse sistema que compadece e alegra o Ministro Mário Simonsen e o governo do General Geisel. Ali o povo trabalhador nos pergunta pelas mudanças que precisam vir. Mudanças de fundo pois já cumpriram e estão cumprindo a sua parte no trato social.

O povo brasileiro acredita que o necessário se torna realidade, mas se torna impaciente. Ele ainda não sabe que uma eleição pode decidir e confirmar os caminhos. Tão habituados a ver na ação do governo, os interesses dos executores; estão acostumados a sentir que a ação social é realizada através de pessoas que dispõem de recursos, vantagens e poder; tão vivenciados em ligar o processo político eleitoral, com a simples representação de um conhecido que o represente mais com relação a pessoa, com que do interesse coletivo e social.

O povo custa a acreditar que esta eleição pela metade, possa decidir os destinos nacionais e regionais.

Se pudermos adotar ainda que por instante, Sr. Presidente, seus pontos de vista, temos que dar-lhe razão.

As eleições é apenas para a metade do Senado, a outra metade é nomeada, na composição dos 2/3 que agora se renova.

A situação tem direito a variada e farta propaganda antes, durante e depois do período eleitoral. Mas a ARENA é apenas a metade dos partidos políticos. Entretanto, a metade dos dois partidos que é a ARENA, pode usar a Lei Falcão, para promover-se e promover seus candidatos. A metade que representa a Nação, o MDB, não pode chegar aos meios de comunicação social, particularmente, ao Rádio e Televisão. A eleição não é para escolher Governadores e Presidente, o Executivo que é a metade da representação política, a outra metade é composta pelos legisladores nas diversas Câmaras maiores do Estado e do País.

Como é que eleição pela metade pode decidir os destinos nacionais? E então o povo entende, que as reformas do governo não passam de uma isca eleitoral, de uma concessão que pode fazer, para manter-se. E é isto que exatamente, deseja o Governo, manter uma posição e iludir a opinião pública sobre seus reais motivos.

Mas, creiam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a revolta do povo seja manifesta nas urnas de 15 de novembro, que fique a metade privilegiada com todas as benesses do poder, Rádio, Televisão e olhos fechados da Lei Falcão; que fique a metade dona dos biônicos e dos nomeados de todas as áreas, no congraçamento do poder, das minorias a bater palmas, que os poucos meses que lhes restam, porque em 15 de novembro, vai ocorrer a grande vitória do povo, vai haver a grande vitória do MDB.

Os trabalhadores, os estudantes, comerciantes, intelectuais, profissionais liberais, homens e mulheres de todas as camadas sociais, irão às urnas em 15 de novembro, para em nome do partido que luta, pela verdade e pela justiça social, de 110 milhões de brasileiros, protestar contra o empobrecimento generalizado, das classes trabalhadoras deste País.

Viva a Democracia Plena!

Viva o Estado de Direito!

Viva a Justiça Social!"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Consulto à Liderança do MDB sobre se deseja ocupar o espaço de tempo que lhe é reservado. — (Pausa). — Havendo declinado, consulto a Liderança da ARENA, sobre se deseja ocupar o espaço de tempo que lhe é reservado. — (Pausa) — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193/74, de autoria do ex-Deputado Antônio Maciel Filho, que denomina "Estrada dos Pioneiros do Paraná", a rodovia que liga Mauá-Ivaiporã. Com pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem). Sr. Presidente, quero proferir o meu voto favorável ao projeto. Quero que se consigne em ata que a Estrada Mauá-Ivaiporã, contém, no seu traçado, dois trechos de estradas que constam do Plano Rodoviário Nacional, ou sejam, os trechos entre Mauá-Faxinal, que pertencem à BR-272 e o trecho entre Jardim Alegre e Ivaiporã. Só para consignar meu voto favorável, com a ressalva de que nesses trechos, construídos pelo Estado do Paraná pertencem ao



Plano Rodoviário Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência leva em consideração e serão anotadas as alegações do emente Deputado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 48/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 11/78, ex-Proposição n.º 96/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Marilena, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 52/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 37/78, ex-Proposição n.º 123/78 — aprova Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PRESIDENTE CASTELO BRANCO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 53/77, ex-Proposição n.º 260/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de UIRATÃ, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Quintino Bocaiúva. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 60/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 139/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de ALMIRANTE TAMANDARÉ, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços tendentes ao desenvolvimento urbano do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 181/77, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que cria no Município de São Pedro do Ivaí, o Distrito Administrativo de Mariza, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 28/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 14/78, que altera disposições da Lei n.º 6364 de 26/12/72, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à circulação de mercadorias (ICM). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F., por unanimidade.— **COM EMENDA.**

Em votação o projeto ressalvada a emenda.— **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda de autoria da Comissão de Finanças, apresentada em 2.<sup>a</sup> discussão.

(Lê a emenda)

Em votação a emenda.— **Aprovada.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/78, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que autoriza o Poder Executivo denominar "ALBINO FEIJÓ", a Unidade Escolar construída no Parque das Indústrias da cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45/78, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que declara de utilidade pública o "SEMINÁRIO MENOR SÃO VICENTE DE PAULO", com sede e foro na cidade de Araucária. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 86/78, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que estabelece novos horários para realização das Sessões Plenárias da Assembléia Legislativa, até o dia 15 de novembro do corrente ano. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 05/78, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que autoriza o Poder Executivo isentar de contribuições previdenciárias os servidores inativos, civis, militares e autárquicos, sem prejuízos dos benefícios previdenciários e assistenciais da legislação específica e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 05/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a isentar de contribuições previdenciárias, os servidores públicos inativos, civis, militares e autárquicos, sem prejuízo dos benefícios previdenciários e assistenciais previstos na legislação específica.

§ único — A isenção de que trata este artigo é extensiva aos pensionistas do Instituto de Previdência do Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1.978.

(a) Nelson Buffara.

#### JUSTIFICATIVA:

Tem como finalidade, o presente plano de lei, dar aos funcionários inativos do Estado, tratamento igual aos que recebem os da União, os quais já estão usufruindo desse benefício, conforme estabelece o artigo 31 da Lei n.º 6439, de 01 de setembro de 1.977.

Ao submetermos nosso projeto à apreciação do Plenário deste Poder Legislativo, cremos que o mesmo encontra ampla justificativa, se considerarmos que a grande maioria dos funcionários inativos percebe proventos ínfimos e que obviamente tem seu orçamento restrito ao exclusivamente indispensável para a manutenção da família, bem como, após trinta e trinta e cinco anos de serviços prestados ao Estado, não dispõe de condições físicas para exercer outras atividades remuneradas.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 05/78.

#### PARECER

De autoria do nobre Deputado Nelson Buffara, o presente Projeto de Lei n.º 05/78, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a isentar de contribuições previdenciárias, os servidores públicos estaduais inativos, conforme especifica.

Analisando-se a matéria, temos que em razão dos termos como foi apresentada a proposição, no sentido meramente autorizatório, nada há que possa obstruir a sua tramitação normal por esta Casa quer sob o aspecto legal ou constitucional.

Quanto ao mérito em si do projeto, temos que é das mais justas e pretende beneficiar aqueles servidores públicos já aposentados e que são remunerados pelos cofres da Instituição previdenciária do Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N.º 05/78

PARECER

Pretende o nobre Deputado Nelson Buffara com o presente Projeto de Lei n.º 05/78, autorizar o Poder Executivo a isentar de contribuições previdenciárias os servidores públicos estaduais inativos, e dá outras providências.

Segundo justificativa apresentada, tal benefício vem sendo atribuído aos funcionários públicos da União.

Quanto ao aspecto financeiro da matéria, para a qual é chamada a opinar esta Comissão, temos que a adoção de tal medida não acarretará dano algum ao Instituto Previdenciário do Estado, que tem meios para arcar com a gama dos benefícios que está obrigado legalmente a proporcionar àqueles que durante a sua vida funcional na atividade para com ele contribuíram. É também de se notar o grande alcance social da medida, tendo em vista que os proventos da aposentadoria geralmente são de importância irrisória e que atendem quase que exclusivamente à manutenção do inativo.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1.978.

(aa) Erondy Silvério, Presidente;  
Del Ciel, Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI N.º 05/78.

PARECER

O presente Projeto de Lei n.º 05/78, de autoria do nobre Deputado Nelson Buffara, tem por finalidade isentar de contribuições previdenciárias, os Servidores Públicos Inativos, conforme especifica.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento favorável das duntas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar sobre a matéria, relativamente, a respeito do seu mérito temos que, conforme a justificativa de seu autor, tal dispositivo vem com a finalidade de dotar a legislação previdenciária dos Servidores Públicos Estaduais de dispositivo já estabelecido na esfera federal.

Sendo das mais meritórias e justas as intenções da proposição, pois visa atender inúmeros servidores inativos com pequena vantagem aos seus parcos proventos de aposentadoria, após terem dado muito de si em prol do desenvolvimento de nosso Estado, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1.978.

(aa) Wilson Fortes, Presidente;  
Fabiano Braga Côrtes, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, expediente firmado pelos Srs. Deputados Enéas Faria e Luiz Roberto Soares, respectivamente, Líderes do MDB e ARENA, designando os Srs. Deputados Werner Wanderer, Lázaro Dumont e Fidelcino Tolentino para comporem a Comissão Especial que tratará do problema pertinente às Notas Promissórias Rurais.— Ao Departamento Legislativo-Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que determine a construção de duas salas de aula no lugar denominado Sambaqui, em Morretes, anexas à atual Escola Rural Estadual de Sam-

baqui.— Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro do Trabalho, em Brasília, encarecendo informações sobre o andamento do anteprojeto de regulamentação da profissão de enfermeiro.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro das Minas e Energia, em Brasília, encarecendo o deferimento dos projetos paranaenses para implantação da cultura da mandioca no Programa Pró-Alcool.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo informações sobre as razões que determinaram a apreensão de um revolver, inclusive seu registro.— Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Ariovaldo Ferraz Arruda, Presidente da Associação dos Laticínios do Paraná, pela brilhante conferência que nesta Casa pronunciou, incentivando a ampliação da bacia leiteira.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando ao Sr. Governador e Secretário da Educação e Cultura, autorização para a construção de um Grupo Escolar de alvenaria com oito salas de aula, no Distrito Administrativo de Guaiporã, Município e Comarca de Iporã.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, em forma de pedido de informações, sobre quais os motivos que determinaram o internamento de um dos implicados no tiroteio verificado na Boite "Casa Branca", do Município de Chopinzinho, no Hospital São Lucas de Pato Branco.— Em discussão.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 30, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 238/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6049, de 22 de junho de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, ao funcionário RAFAEL DE LALA SOBRINHO, matrícula n.º 602, ocupante do cargo de nível



PL"26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de junho de 1.978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

**PORTARIA N.º 239/78**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6183, de 26 de junho de 1978, deste Poder,

**R E S O L V E:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, à funcionária JOSEFA KUČEK LEVANDOSKI, matrícula n.º 174, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de junho de 1.978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

**PORTARIA N.º 240/78**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6099, de 23 de junho de 1978, deste Poder,

**R E S O L V E:**

autorizar AUGUSTO OCTÁVIO ASSUMPTÃO BORBA, ora à disposição deste Poder Legislativo, a prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, conforme solicitação do Senhor Presidente desta Casa, no período compreendido entre 1.º de julho a 31 de dezembro de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de junho de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

**PORTARIA N.º 241/78**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5994, de 20 de junho de 1978, deste Poder,

**R E S O L V E:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, às funcionárias ARLETE BELMONT ZEBALLOS, matrícula n.º 235 e RUTH CARVALHO DE MELLO, matrícula n.º 256, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de junho de 1.978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

**PORTARIA N.º 242/78**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6234, de 27 de junho de 1978, deste Poder,

**R E S O L V E:**

retificar o item II, da Portaria n.º 205/78, de 31 de maio do corrente ano, referente ao funcionário LUIZ LIMA, matrícula n.º 504, ocupante do cargo de nível PL"18", da Série

de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a fim de declarar que a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), sobre seus vencimentos, é a partir de 13 de abril de 1.978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de junho de 1.978.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral.

**ATAS DAS COMISSÕES:**

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**8.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**ATA da 7.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Ezequias Losso apresentou Redação Final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 178/77 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 138/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva conferir ao Poder Executivo, autorização para permutar com o Município de Maringá, área de terreno de propriedade do Estado. PROJETO DE LEI N.º 09/78 — de autoria do Deputado Egon Pudell, que denomina Anita Lopes Canet, o Hospital Regional da cidade de Cascavel. PROJETO DE LEI N.º 16/78 — de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a Fundação de Ensino Técnico de Apucarana, com sede naquela cidade. PROJETO DE LEI N.º 18/78 — de autoria do Deputado Dácio Leonel de Quadros, que denomina Escola Polivalente Professora Maria Rosário Castaldi, a unidade escolar localizada no Jardim Bandeirantes, em Londrina. PROJETO DE LEI N.º 21/78 — de autoria do Deputado Trajano Bastos, que declara de utilidade pública a Associação de Senhoras Menino Deus — ASSEMD, com sede nesta Capital. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO

Presidente.

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR

Secretário

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**8.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**ATA DA 8.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos trinta dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sobre a Presidência do Deputado AUGUSTO CARNEIRO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Lineu Mansani Turra, apresentou Redação Final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 148/77 — de autoria do Deputado Lineu Mansani Turra, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede na cidade de Paraíso do Norte. PROJETO DE LEI N.º 17/78 — de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede na cidade de Terra Rica. PROJETO DE LEI N.º 19/78 — de autoria do Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública

a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Centenário do Sul. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os

efeitos legais.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO  
Presidente  
LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR  
Secretário